



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**IVANISE DA SILVA BRITO**

**DO “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” CONTROVERSO PARA O DEBATE  
DA SUSTENTABILIDADE: Um estudo sobre a importância da Educação Ambiental  
Crítica na atualidade**

**CAMPINA GRANDE - PB**

**2018**

**IVANISE DA SILVA BRITO**

**DO “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” CONTROVERSO PARA O DEBATE  
DA SUSTENTABILIDADE: Um estudo sobre a importância da Educação Ambiental  
Crítica na atualidade**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como pré-requisito essencial para obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Ms. Aliceane de Almeida Vieira.

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B862d Brito, Ivanise da Silva.  
Do "desenvolvimento sustentável" controverso para o debate da sustentabilidade [manuscrito] : um estudo sobre a importância da educação ambiental crítica na atualidade / Ivanise da Silva Brito. - 2018.  
36 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2018.

"Orientação : Profa. Ma. Aliceane de Almeida Vieira ,  
Coordenação do Curso de Serviço Social - CCSA."

1. Socioambientalismo. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Educação ambiental. 4. Sustentabilidade.

21. ed. CDD 372.357

IVANISE DA SILVA BRITO

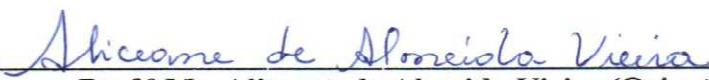
**DO “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” CONTROVERSO PARA O DEBATE  
DA SUSTENTABILIDADE: Um estudo sobre a importância da Educação Ambiental  
Crítica na atualidade**

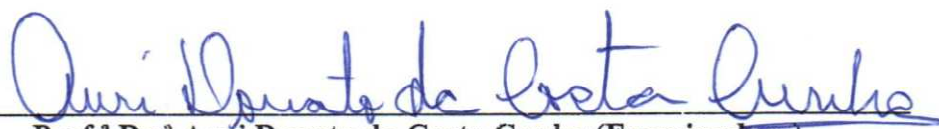
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)  
apresentado ao Departamento de Serviço  
Social da Universidade Estadual da Paraíba  
(UEPB), como requisito parcial à obtenção  
do título de Bacharela em Serviço Social.

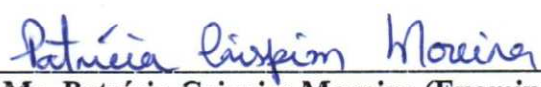
Aprovada em: 18 / 06 / 2018

Nota: Nove ( 9,0 )

**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
**Prof.ª Ms. Aliceane de Almeida Vieira (Orientadora)**  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
\_\_\_\_\_  
**Prof.ª Dr.ª Auri Donato da Costa Cunha (Examinadora)**  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
\_\_\_\_\_  
**Prof.ª Ms. Patrícia Crispim Moreira (Examinadora)**  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*DEDICO Á Deus por ter me dado força e ânimo em todos os momentos. Aos meus genitores (in Memoriam); Maria Matildes da Silva Brito e Hildo de Brito Aguiar. A minha orientadora Alíceane de Almeida Vieira, como símbolo do minha eterna gratidão pela orientação, dedicação, apoio e incentivo e paciência.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço imensamente, primeiramente, e acima de tudo ao Senhor Deus, o Ser Supremo criador e articulador de tudo, que me deu o direcionamento e me fortaleceu para prosseguir na minha caminhada em todos os dias.

Aos meus pais Maria Matildes da Silva Brito e Hildo de Brito Aguiar, (IN MEMORIAM), que me deram a vida e me ensinaram os valores e princípios morais e religiosos, dos quais tenho orgulho, que me conduziram e orientaram a minha vida até hoje.

Aos meus familiares que estiveram sempre ao meu lado, em especial, ao meu genro Erinaldo Olinto da Silva, que foi o grande incentivador para que eu enfrentasse esse desafio de adentrar ao espaço acadêmico. Gratidão, a minha filha Deborah Lidiane de Brito Sousa Olinto. Ao meu cunhado Marco Antônio Cavalcanti (IN MEMORIAM), que colaborou comigo, me presenteando com material didático. Minha irmã Idivete Brito Cavalcanti que sempre me ajudou, possibilitando-me os estudos. Ao meu primo, o engenheiro agrícola Idvandro Neri de Brito pelos livros a mim ofertados. Ao Senador Raimundo Lira pela disponibilização e envio de material de fundamental importância, necessário às pesquisas técnicas, jurídicas e de estudo que foram de grande valia para minha formação. A minha amiga Ana Paula Batista de Sousa, entre outros.

Meus sinceros agradecimentos a minha Orientadora professora Aliceane Almeida, profissional admirável, de quem eu desejo ser amiga por toda vida, pela sua participação nessa trajetória, dando-me incentivo, orientando-me de forma terna e dura para um enriquecimento do meu Trabalho de Conclusão de Curso; a Banca Examinadora formada pelas professoras Auri Donato e Patrícia Crispim por me honrarem com suas presenças dividindo comigo este tão sonhado e, por isso, tão importante momento.

Desejo expressar minha gratidão a Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, particularmente, ao Departamento do Curso de Serviço Social. Aos valorosos professores e professoras, que não somente me ensinaram, mas, por terem me feito aprender que além de educadores, transmissores de conhecimento, são verdadeiros heróis merecedores de todo meu respeito e admiração, que mesmo diante das lutas e dificuldades que enfrentam na docência, nunca se omitiram a nos transmitir o conhecimento, com toda paciência e dedicação, com os quais tive o privilégio de conviver durante todos os períodos do Curso de Serviço Social e que faço questão de mencionar o nome de cada um e que terei todo prazer de manter guardados no meu coração e na minha memória, nunca esquecê-los, pois cada um deixou uma marca na minha vida.

*Se a educação sozinha não transforma a sociedade,  
sem ela tampouco a sociedade muda.*

Paulo Freire

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>2 MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE MODERNA: A crise socioambiental resultante do processo de acumulação do capital</b> .....	9
2.1 Capitalismo e destruição do meio ambiente.....	9
2.2 O processo de industrialização e urbanização das cidades modernas.....	13
<b>3 “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” OU SUSTENTABILIDADE EM TEMPOS DE SOCIEDADE CAPITALISTA: A Educação Ambiental Crítica como instrumento de transformação socioambiental</b> .....	17
3.1 Desenvolvimento (In)sustentável e sustentabilidade possível.....	18
3.2 A Educação Ambiental Crítica: Da que temos para a que queremos.....	28
<b>4 CONCLUSÃO</b> .....	32
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	33



# DO “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” CONTROVERSO PARA O DEBATE DA SUSTENTABILIDADE: Um estudo sobre a importância da Educação Ambiental

## Crítica na atualidade

Ivanise da Silva Brito<sup>1</sup>

### RESUMO

A discussão sobre o “desenvolvimento sustentável” é reconhecida como uma problemática de caráter predominantemente econômico, social e político. A atual crise socioambiental é resultante do processo destrutivo de acumulação, visto que o capitalismo tem a necessidade de se reproduzir. Nesse sentido, objetiva-se discutir sobre os desdobramentos da questão socioambiental sob a lógica do capitalismo e a educação ambiental crítica como alternativa para a sustentabilidade na atualidade. A metodologia da pesquisa consta de uma revisão de literatura a partir da contribuição teórica de autores sobre o tema abordado, as diferentes concepções sobre o debate acerca do “desenvolvimento sustentável” e da educação ambiental. A partir da revisão bibliográfica, compreendemos a contradição inerente à concepção do “desenvolvimento sustentável” e evidenciam-se os aspectos para um novo tratamento às questões socioambientais face à insustentabilidade do sistema capitalista e à sua destrutividade, sendo assim, a educação ambiental crítica tem como horizonte a transformação econômica, política, social, cultural, principalmente, uma visão de cidadania ambiental voltada para a sustentabilidade no seu significado mais abrangente.

**Palavras-Chave:** Capitalismo. Questão Socioambiental. “Desenvolvimento Sustentável”. Educação Ambiental. Sustentabilidade.

### 1 INTRODUÇÃO

O interesse em estudar sobre a temática do desenvolvimento urbano e a questão socioambiental, especialmente, a importância da educação ambiental para o “desenvolvimento sustentável” na sociedade contemporânea surgiu enquanto graduanda no Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB e, em virtude da minha inserção na Secretaria de Planejamento do Município de Campina Grande – SEPLAN, na qual realizei o

---

<sup>1</sup> Discente de Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) - Campus I. Email: ivanise\_cg@hotmail.com.

Estágio Curricular Obrigatório, no setor de Serviço Social, configurando-se este como um importante processo de aprendizagem na formação<sup>2</sup> acadêmica.

Na SEPLAN observou-se o trabalho desenvolvido pelos profissionais do Serviço Social nas comunidades beneficiadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, constituindo-se como importante Programa Federal, criado em 2007, no então Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com o objetivo de promover o planejamento e execução de obras de infraestrutura social e urbana do país dando sua contribuição para o desenvolvimento acelerado e sustentável, com a realização de algumas atividades voltadas para a discussão da preservação do meio ambiente dando ênfase para a educação ambiental junto às famílias.

Neste caso, a aproximação com a realidade no dia a dia dos moradores das comunidades atendidas pela SEPLAN influenciou e contribuiu para despertar o meu interesse em compreender a problemática socioambiental e buscar respostas para minhas inquietações em relação às políticas públicas e, especificamente, no que diz respeito à educação ambiental. São questionamentos que precisam ser respondidos, por exemplo, como a questão ambiental se relaciona com o processo de desenvolvimento socioeconômico do capitalismo na sociedade? Quais as configurações da educação ambiental para a discussão do desenvolvimento sustentável na sociedade? De que forma se dá a implantação de políticas públicas relacionadas à proteção do meio ambiente e a educação ambiental no país? Partindo desses questionamentos, assim, objetiva-se através do estudo compreender a importância da educação ambiental e suas configurações no debate sobre o “desenvolvimento sustentável” sob a ótica do capitalismo contemporâneo e como esta relação apresenta-se no contexto brasileiro.

É notória que atual crise socioambiental em todo o planeta enquanto consequência da estruturação de políticas econômicas e sociais que utilizam um modelo de crescimento destrutivo dos recursos naturais ocorre dada a lógica do modo de produção capitalista vigente. Sendo assim, existem muitos aspectos comuns entre o objeto das análises sociais e ambientais, dentre elas, pode-se destacar o desenvolvimento humano, que deve ser refletido diferentemente da lógica capitalista e consumista do mundo moderno. Essa sociedade moderna é caracterizada pelo progresso material (bens) ilimitado na medida inversa dos recursos naturais limitados.

---

<sup>2</sup> Frisamos a relevância da orientação acadêmica na disciplina de Estágio Obrigatório, os desafios postos ao orientador acadêmico, profissional docente compromissado, e a importância dessa demanda (enquanto expressão da questão social) para o serviço social, ressaltando a limitada literatura existente sobre essa relação que inclusive traz comprometimento a qualidade da formação profissional. Carecendo de maior produção teórica com abordagem mais profunda sobre o assunto.

A metodologia empregada neste artigo foi uma revisão de literatura tendo por alicerce o uso de publicações de autores que já discutiram sobre o tema para fundamentar, intensificar e pensar sobre as categorias de estudo aqui propostas. Para logarmos êxito, recorreremos às articulações de autores como Meszáros (2006); Reigota (2001); Netto e Braz (2012); Yamamoto (2004); Vieira (2002); Coimbra (2002); Dowbor (1994); Rodríguez (1997), entre outros autores importantes e legislações específicas como a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA); Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA); Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), entre outras.

Dessa forma, verificamos a relação do Serviço Social com a temática do meio ambiente em face de envolver o relacionamento entre homem, espaço e natureza, enquanto uma discussão ético-política que deve ser inserida no contexto da formação profissional mediante uma postura comprometida com os valores de justiça, equidade social e ambiental. Como também, os principais desafios que o profissional do Serviço Social enfrenta com relação à temática socioambiental hoje, são a falta de conhecimento, a incipiente produção teórica e a discussão reduzida nos espaços acadêmicos e institucionais da categoria.

A estruturação deste artigo está distribuída em apenas duas seções. A primeira seção tem como título: *Meio Ambiente e Sociedade Moderna: A crise socioambiental resultante do processo de acumulação do capital*. Oferece uma rápida visão histórica onde se insere as contradições do modo de produção capitalista e as reverberações ambientais na sociedade atual vinculada ao processo urbano-industrial das cidades modernas; já na segunda seção, intitulada “*Desenvolvimento Sustentável*” ou *Sustentabilidade em tempos de sociedade capitalista: A Educação Ambiental Crítica como instrumento de transformação socioambiental*, apresentaremos algumas análises importantes envolvendo a contradição da lógica do “desenvolvimento sustentável” na atualidade e a perspectiva de uma educação crítica no debate da sustentabilidade socioambiental; em seguida, apresentaremos a *Conclusão* e as *Referências*.

## **2 MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE MODERNA: A crise socioambiental resultante do processo de acumulação do capital**

Nesta seção, a discussão se dará sobre a problemática socioambiental configurando-se como uma crise socioambiental que está diretamente vinculada ao processo de industrialização e urbanização das cidades modernas. As contradições do modo de produção e a reprodução do capital, as influências e as implicações das inovações tecnológicas no

desenvolvimento econômico e as repercussões no meio ambiente e na qualidade de vida humana.

## 2.1 Capitalismo e destruição do meio ambiente

Iniciaremos a discussão a partir dos estudos recentes de Sauer e Ribeiro (2012, p. 391) problematizando a questão ambiental reconhecida, atualmente, como uma questão de caráter predominantemente social e político.

É social, visto que o homem se constrói e se constitui como tal neste espaço, e faz parte do meio ambiente, convivendo com todos os demais seres vivos concomitantemente, construindo-o e modificando-o ao longo dos anos, uma vez que nenhuma forma de vida existe à parte do sistema a que pertence; é político, pois depende em muito das decisões e ações das quais nos valem diariamente, da forma como nos relacionamos com a natureza. Assim, “meio ambiente” não é um espaço exterior ao homem, com o qual não se tem nenhuma relação ou responsabilidade; ao contrário, nós – seres humanos – somos o meio ambiente, assim como todas as outras vidas deste planeta.

A questão ambiental apresentada pelas autoras enquanto o modo pelo qual a sociedade se relaciona com o meio em que vive em todas as suas características, sendo assim, essa relação ocorre com os processos sociais e políticos, o que para muitos estudiosos em concordância fazem o uso do termo questão socioambiental, “para não limitá-la tão somente à relação entre flora e fauna.” (SAUER e RIBEIRO, 2012, p. 391). Utilizaremos no decorrer desse trabalho, também, fazendo-se referência ao meio ambiente, o uso do termo questão socioambiental.

É relevante destacar alguns conceitos iniciais sobre meio ambiente para um melhor entendimento da discussão, levando-se em consideração que os conceitos e definições podem ser diversos, como na geografia, ecologia e psicologia. Reigota (2001, p.20) nos apresenta as definições concebidas, pelo geógrafo francês Pierre Jorge, para quem o meio é um sistema de relações onde para permanecer viva, uma espécie depende do equilíbrio entre os processos de destruição e regeneração “o meio ambiente é o conjunto de dados fixos e de equilíbrios de forças concorrentes que condicionam a vida de um grupo biológico”. Pelo ecólogo Belga Duvigneau; dois aspectos compõem o meio ambiente, o abiótico (físico e químico) e o biótico. Segundo o psicólogo Silliany meio ambiente é definido como tudo que envolve o indivíduo ou o grupo, incluindo meio cósmico, geográfico, físico e o meio social com as instituições, cultura e valores. Nesse sentido, Reigota (2001, p. 21) define meio ambiente como um lugar determinado e/ou percebido onde as relações se dinamizam e os aspectos

naturais e sociais interagem constantemente e o resultado dessas relações “é o processo de criação cultural e tecnológica processos históricos e políticos de transformação da natureza e da sociedade”.

A preocupação com o meio ambiente sempre foi motivo de discussão, mas a sua evidenciação surgiu a partir do contexto econômico e social do processo de industrialização e de urbanização das cidades com a chegada do capitalismo na sociedade moderna quando as intervenções do homem, que é o principal causador de devastação na natureza e responsável pelos danos causados ao meio ambiente em razão da exploração dos recursos naturais, passaram a acontecer com mais intensidade, visando à maximização da produção de mercadorias.

Vale salientar que, com as inovações tecnológicas<sup>3</sup>, a produção de bens de consumo se torna maior e mais rápida, significando dizer que, para atingir uma produção maior, surge quantitativamente a necessidade de utilização de matéria prima e, por consequência, aumentando os saques na natureza para garantir fomento as indústrias e satisfazer as necessidades consumidoras da sociedade, causando assim, maior degradação no meio ambiente, isso vem reverberando na escassez do material natural.

Segundo Zacarias (2009) existe uma relação entre a lógica do processo de produção e da acumulação do sistema capitalista e a destruição do meio ambiente, á isso se chama de lógica destrutiva. Nesse sentido, a exploração dos recursos naturais é uma forma de acumulação do capital. Esse acontecimento foi consequência da não preocupação com a escassez de recursos naturais, uma vez que, não houve um planejamento para a realização do processo predatório, que se deu de modo desordenado.

Esse processo de acumulação é uma característica inerente ao próprio capital. A indispensabilidade que o capital tem de se reproduzir é que justifica a efemeridade dos produtos ou mercadorias que deixa de ter a qualidade de produto duradouro para poder satisfazer uma maior produção e o consumo, haja vista que, se o produto tiver maior durabilidade, a tendência será a diminuição da produção afetando assim, o desenvolvimento da economia.

Portanto, todas as ações interventivas que devastam, poluem, desmatam, degradam, ou contaminam são ações destrutivas que alimentam o sistema de produção do capital, ou seja, a

---

<sup>3</sup> Após alcançar sua capacidade criativa, o homem passou a controlar seres de outras espécies e desenvolveu tecnologias que lhe permite fazer alterações no meio em que vive. Isso foi possível porque ele (o homem) tornou-se uma forma de vida dominante na terra. Inicialmente, o ser humano era um organismo integrante da biosfera, porém a partir do seu desenvolvimento ele assume o papel de interventor na natureza passando, assim, a explorar os recursos naturais causando deteriorização tanto na qualidade do meio ambiente quanto na qualidade de vida humana na biosfera.

degradação ou destruição do meio ambiente é resultado da acumulação do capital. Para Zacarias (2009), a crise ambiental é a manifestação da lógica destrutiva do processo de produção e acumulação do capital. Outrossim, acreditamos haver possibilidade de fazermos o caminho inverso (mesmo em nível e intensidade diferentes), todavia numa outra lógica de organização econômica.

Segundo os autores Netto e Braz (2012, p.150) “a acumulação ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital”. A efemeridade das mercadorias satisfaz a produção e estimula o consumo. Para que seja mantida a continuidade da produção adota-se uma maneira de garantir a produtividade utilizando uma estratégia que vem a ser a efemeridade na economia.

A fragilidade dos produtos é uma ferramenta estratégica utilizada na produção das mercadorias com o objetivo de agregar produtividade e lucro. Essa efemeridade (a produção continuada de mercadoria de baixa qualidade e pouca durabilidade), dada às mercadorias é uma estratégia para garantir, tanto a produção quanto o consumo.

Segundo Meszáros (2002, p. 671), o produto com prazo de validade, é uma forma que o capital encontrou para crescer. O autor afirma que “tem sido um dos meios pelo qual o capital consegue atingir seu crescimento verdadeiramente incomensurável no curso do desenvolvimento histórico”. Porém, as colocações dos autores citados conduzem a percepção que essa estratégia de fabricação de mercadorias com tempo de vida útil determinado aplicada esconde o intuito de incentivar a produção para fomentar o capital, acaba por atingir, tanto a natureza, através da intensificação de mais retirada de material, como também, aos seres humanos por meio de maior exploração da mão de obra, acentuando assim, um distanciamento entre trabalhador e fruto do trabalho produzido, ou seja, aumentando o fosso da desigualdade social no que diz respeito ao acesso a riqueza. Visto que, a classe produtora de riquezas (a classe pobre trabalhadora), não tem como consertar ou repor aquele produto que é descartado.

Evidentemente que, se por um lado eleva a economia capitalista, por outro, prejudica o meio ambiente e o homem, o que significa (nos moldes de exploração do capital) um prejuízo duplo para a humanidade, isso se configura em uma grande contradição. Como se fosse, o antídoto e o veneno, pois se uma pequena parcela da sociedade (burguesia) é detentora desses benefícios, a grande parte da população (trabalhadores), fica aterrada em situação de precariedade.

É importante lembrar que, o processo destrutivo dos recursos naturais pode ter como resultado a destruição dos seres humanos. Mézáros (2002) considera que em razão da crise

do sistema e a elevação da destruição do meio ambiente torna-se possível que a vida humana no planeta alcance o fim. Como já foi dito, o capitalismo tem como característica ser destrutivo e por isso não conhece limites. “[...] para a lógica do capital, as restrições necessárias para a adequação do processo produtivo á preservação do meio ambiente se convertem em entrave intolerável de sua reprodução ampliada.” (COUTINHO, 2009, p. 24). Isso significa dizer, que, qualquer tentativa de preservação do meio ambiente, que venha impedir a reprodução do capital, está descartada, ou seja, o processo produtivo na lógica do capital não se adequará a nenhuma forma de restrição. Nesse aspecto, a crise socioambiental é resultante da lógica destrutiva do processo de acumulação do capital, visto que o capital tem necessidade de se reproduzir.

## 2.2 O processo de industrialização e urbanização das cidades modernas

A partir da segunda metade do século XVIII teve início a mecanização industrial desviando a acumulação de capitais da atividade comercial para o setor de produção. Esse acontecimento resultou em grande transformação de ordem econômica e social implantando de forma definitiva o modo de produção capitalista. (CHIAVENATO, 2011).

Esse processo de transformação denominou-se *Revolução Industrial*. O processo industrial iniciou-se na Inglaterra<sup>4</sup>, em razão de ter sido na fase do capitalismo comercial, o país que teve a maior acumulação de capitais. Ou seja, a sofisticação das máquinas proporcionou a ampliação da produção e maximização da geração de capitais.

A mecanização alcança o setor metalúrgico, impulsionando a produção e estimulando a modernização e expansão dos transportes. Com a descoberta do vapor como força motriz, dando impulso à produção industrial, os transportes também são atingidos. Os primeiros trens de passageiros e de cargas começam a circular. Com a utilização do vapor também veio à

---

<sup>4</sup> A política inglesa consolidou sua supremacia e transformou-se na maior potência econômica mundial. Significativas transformações ocorreram na sociedade e na economia interna da Inglaterra, a exemplo de um poderoso sistema bancário e da revolução agrícola. Logo após a revolução gloriosa, aconteceu a fundação do banco da Inglaterra [...] estimulando a produção de algodão, matéria prima básica para o processo que levou o país á revolução industrial. A mecanização da indústria têxtil foi aplicada no setor metalúrgico, as instituições financeiras serviam como respaldo aos crescentes investimentos. O trabalho rural integrou-se ao sistema capitalista em desenvolvimento, estimulado pelas técnicas e instrumentos inovadores. (CHIAVENATO, 2011, p. 36). Atraídos pelo trabalho na indústria os camponeses se transferiram para as cidades, constituindo um grande contingente disponível para a revolução francesa, ou seja, aquilo que Marx chamou de exército industrial de reserva. Embora havendo abundância de mão de obra, o emprego era escasso deixando o preço muito baixo, como o custo da força de trabalho era pequeno, as indústrias podiam aplicar altas somas de capitais em novas instalações. (NETTO e BRAZ, 2012, p.147).

possibilidade de comunicações e a difusão da cultura. Surgem novas tecnologias e invenções, a industrialização logo se expande e alcança o mundo (a expansão industrial). Nesse cenário,

As mudanças ocorridas no decorrer do século 18, com a consolidação do modo de produção capitalista, acarretaram profundas alterações na relação do homem com a natureza. Marx (1996, p. 113), discorrendo sobre a guerra travada pelo capital, para arrancar o campesinato da terra e para submeter a atividade agrícola à lógica mercantil, denunciou a exploração dos recursos naturais das colônias, que propiciou o enriquecimento de uma parcela da burguesia e intensificou a destruição desses recursos, sobretudo, nos países do hemisfério sul. (FREITAS et al, 2012, p. 42)

O fato incontestável é que a industrialização, como também as novas tecnologias proporcionaram benefícios, porém, há uma incontroversabilidade, que esse processo de desenvolvimento teve como consequência a problemática socioambiental.

Os efeitos nocivos sobre o meio ambiente causados pelas inovações tecnológicas que em sua insistência pela otimização dos processos de produção não foram considerados. Esse é o motivo pelo qual compreendemos que a crise ambiental configura - se como uma crise socioambiental que tem vínculos diretos com o processo de industrialização e urbanização. Evidenciando-se, portanto que o avanço traz o retrocesso. Sendo esta uma característica própria do sistema capitalista.

Foster (2010) retoma o conceito marxiano de metabolismo homem-natureza (MARX, 1844) e salienta que, mediado pelo trabalho, o homem transforma a natureza e, nesse movimento, também se transforma. O trabalho é um processo entre o homem e a natureza. Um processo em que o homem, por sua própria ação, media seu metabolismo com a natureza. Ao mesmo tempo em que o homem se diferencia da natureza pelo trabalho, torna-se alienado diante do trabalho e em relação à natureza. (FREITAS et al, 2012, p. 43)

No século XIX, a partir da década de 1960, a revolução industrial apresentou novas características impulsionadas pela dinâmica das inovações técnicas, destacando-se a transformação do ferro em aço, suplantando o ferro e transformando-se no metal básico da segunda etapa do processo de industrialização<sup>5</sup>.

O poder e a velocidade da era industrial a tudo transformava; a estrada de ferro arrastando sua enorme serpente emplumada de fumaça à velocidade do vento através de países e continentes, com suas obras de engenharia, estações e pontes formando

---

<sup>5</sup> A substituição do vapor pela eletricidade e a introdução do uso do petróleo. O uso da energia elétrica e o petróleo possibilitaram a intensificação e a diversificação do desenvolvimento tecnológico. Surgiram às linhas de montagem, esteiras rolantes para dinamizar a produção, inicialmente, implantada na indústria automobilística Ford. Esse método de racionalização da produção foi nomeado de fordismo. Os avanços resultaram na obsolescência veloz da microeletrônica, na robótica industrial, na computadorização dos serviços na química e na biotecnologia, exigindo imensos investimentos em pesquisas, tudo isso associado à eficiência da produtividade, liderados por grandes conglomerados econômicos multinacionais. (CHIAVENATO, 2011).



um conjunto de construções que fazia as pirâmides do Egito e os arquedutos romanos e até mesmo as muralhas da china empalidecer de provincialismo, era o próprio símbolo do triunfo do homem pela tecnologia. (HOBSBAWM, 1977, p. 32)

O impulso dado pela Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX a sociedade urbano-industrial, introduz um novo padrão nos modos de produção capitalista tendo como característica a aceleração do processo produtivo, trazendo influência sobre o crescimento da população e na intensificação do processo de urbanização e como consequência a apropriação de recursos naturais para dar fomento à produção industrial, gerando os problemas socioambientais resultantes das concentrações do capital, mão de obra e do desenvolvimento tecnológico. (NETTO e BRAZ, 2012).

Como podemos observar na afirmação de Dowbor (1994) com a urbanização intensiva das sociedades, as cidades passam a apresentar problemas de infraestrutura, pobreza crítica, doenças, poluição entre outros, é esta a situação que resulta da urbanização. Conforme Iamamoto (2004, p. 18),

presencia-se hoje uma renovação da velha questão social, inscrita na própria natureza das relações sociais capitalistas, sob outras roupagens e novas condições sócio-históricas de sua produção/reprodução na sociedade contemporânea, aprofundando suas contradições. Alteram-se as bases históricas que mediatizam sua produção/reprodução na periferia dos centros mundiais, em um contexto de globalização da produção e dos mercados, da política e da cultura, sob a égide do capital financeiro, acompanhadas de lutas surdas e abertas, nitidamente desiguais, que demarcam esse processo na cena contemporânea.

Sendo assim, apresentar o processo de industrialização ao debate tem grande importância por se tratar do início do processo de desenvolvimento e ajuda a compreensão da causa das preocupações para com a problemática ambiental, visto que, com a implantação da indústria, emerge a questão social<sup>6</sup>, uma vez que, provocou uma grande demanda por trabalho assalariado, tirando o homem do campo para a cidade, mudando o modo de vida populacional e enchendo a zona urbana.

Essas mudanças implicaram em novas formas de consumo e, conseqüentemente, em mais pobreza, falta de condições de acesso ao consumo, ou seja, o aumento da desigualdade social, o que vem requerer mais atuação dos governantes no que diz respeito às políticas

---

<sup>6</sup> A “questão social” é emergente das contradições existentes no cerne da relação capital x trabalho. O que significa que a “questão social” é fruto das transformações societárias. Essa emergência se coloca como uma resposta em consequência à subordinação das forças produtivas a dominação do capital. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 330). A eclosão da “questão social” tem fundamentação na insatisfação dos trabalhadores com o sistema de exploração das forças produtivas. Enfim, a questão social tem sua emergência na transição de classes, onde deixa de ser classe em si e se torna classe para si, que vem á ser a tomada de consciência.

públicas para atenuar a demanda de necessidades causadas por essa contradição que é resultante do capital e existente na forma de desenvolvimento trazendo repercussão na qualidade de vida humana.

Para Dias (2002), a pobreza se caracteriza pela inexistência de direitos humanos [...], falta de saúde, educação, moradia adequada, saneamento básico, segurança, falta de emprego [...], acesso aos bens e serviços públicos e à vida social. A autora ainda afirma ainda que não há qualidade de vida onde há pobreza. Nesse sentido,

a qualidade de vida enquanto conceito, pode ser analisada como um ideal ético, por ter o ser humano o direito a viver em um ambiente com condições satisfatórias a sua sobrevivência, um ambiente digno que lhe proporcione bem-estar, que pode se transformar em bem-estar físico, psíquico, espiritual, ou seja, um local adequado ao seu crescimento enquanto pessoa humana. (DIAS, 2002, p.113)

Em nossas incursões nas comunidades atendidas pela SEPLAN-CG no processo da disciplina de Estágio Obrigatório no Curso de Serviço Social-UEPB, muitas vezes, nos deparamos com inúmeras famílias vivendo em condições desumanas, em abrigos construídos de restos de móveis, plásticos papelão dentre outros materiais, em lugares inóspitos, que não oferecem nenhuma infraestrutura, verdadeiras sub moradias.

No tocante a qualidade de vida, entendemos que para uma pessoa viver com qualidade é necessário que possa usufruir de saúde, moradia digna, lazer, segurança, mas para alcançar tudo isso é preciso que tenha acesso ao trabalho, para assim dispor condições econômicas e uma renda para garantir seu bem estar e de sua família. Segundo Lima (2004, p.101) a quebra dos direitos à vida e à cidadania, se dão no momento em que o cidadão é impedido de ter acesso aos direitos a um ambiente saudável, ou seja, qualquer ato ou ação que se coloque como empecilho para o acesso do cidadão aos seus direitos é uma infração contra os direitos constituídos e garantidos na legislação.

A Declaração de Estocolmo é um importante documento resultante de uma Conferência que aconteceu em 1972, em Estocolmo, que tinha como objetivo o aprofundamento e discussão sobre a questão ambiental. No entanto, países participantes não deram a devida importância preferindo classificar o problema como causa natural do processo de desenvolvimento econômico, essa atitude acabou trazendo grandes consequências ao meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas.

A definição de qualidade de vida segundo a Declaração de Estocolmo, de 1973 se encontra da seguinte forma:

O homem tem o direito à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar e tem a solene obrigação de proteger e melhorar o meio para gerações presentes e futuras. (DIAS, 2002, p.13-14)

No entanto, mesmo sendo inadmissível, é perceptível, a situação de grande parcela da população que ainda vive em condições indignas, de intensa miserabilidade, morando em favela, por não ter um lugar decente para morar, vivendo sem nenhuma condição. Dias (2002, p. 110), ainda esclarece que,

a qualidade de vida, é inexistente onde há pobreza, e que a pobreza, refletida na falta de condições dignas à sobrevivência, nas favelas, invasões e cortiços, afeta o meio ambiente e a qualidade de vida da população, impossibilitando a conscientização do princípio da dignidade humana, por falta de meios e condições de se ter uma vida decente.

É inevitável que percebamos haver grande complexidade no que diz respeito à conceituação de qualidade de vida, mas apesar da dificuldade de conceituar, podemos dizer que qualidade de vida envolve o modo de viver do indivíduo em sociedade, a forma como ele se relaciona com as outras pessoas, com os familiares e amigos, embora não esteja resumida á apenas isso, inclui além de relacionamentos sociais externos, o relacionamento com si próprio, uma vez que, tem relação com tudo que possa afetar a vida humana.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a qualidade de vida do cidadão se reflete na forma que o indivíduo se percebe no contexto sociocultural e nas suas expectativas.

A mesma autora aponta a proteção ao meio ambiente, como pressuposto de respeito á vida e a saúde em sua ampla dimensão [...] a proteção ambiental é questão de interesse nacional e internacional [...] obrigação de todos os estados. (DIAS, 2002, p. 112)

Como sabemos a questão ambiental não se trata de um problema que esteja localizado em apenas um lugar, na verdade é um problema mundial e isso justifica o interesse de nível nacional e internacional visando não faltar recursos naturais, que é fundamental para a economia, uma vez que, a natureza é fornecedora da matéria prima que são necessárias e indispensáveis ao processo produtivo e responsáveis por movimentar a economia.

É obrigação de todo ser humano, indistintamente proteger, preservar, conservar a natureza, uma vez que esta (a natureza) atende as necessidades de todos fornecendo elementos vitais para todos os seres vivos. O que significa dizer que o equilíbrio do meio ambiente é responsabilidade global. (DIAS, 2002).

Na próxima seção, apresentaremos o debate sobre o “desenvolvimento sustentável” e a importância da sustentabilidade em tempos de sociedade capitalista, problematizando a educação ambiental crítica como instrumento de transformação socioambiental.

### **3 “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” OU SUSTENTABILIDADE EM TEMPOS DE SOCIEDADE CAPITALISTA: A Educação Ambiental Crítica como instrumento de transformação socioambiental**

Buscaremos tecer, nessa seção, algumas discussões sobre as contradições existentes no “desenvolvimento sustentável”<sup>7</sup> sob a lógica do capitalismo contemporâneo, seus principais marcos históricos na sociedade moderna, atribuído como alternativa possível na relação sociedade e meio ambiente, em seguida, suscitaremos uma nova visão política-crítica destacando a sustentabilidade por meio de uma educação ambiental transformadora diante da crise socioambiental contemporânea.

#### 3.1 Desenvolvimento (In)sustentável e sustentabilidade possível

Inicialmente, veremos alguns conceitos sobre desenvolvimento. O termo desenvolvimento pode ter diversos sentidos, dependendo do contexto onde estiver sendo utilizado ou ser empregado na leitura de um texto, quando fazemos a narrativa de uma história, de alguma ocorrência; descreve-se desenvolvimento como o momento no qual tomam lugar os conflitos e situações a serem resolvidas na história. O desenvolvimento, também, pode estar relacionado com algum tipo de fenômeno, região, pessoas. (VEIGA, 2006).

Rodriguez (1997), também, enfoca o desenvolvimento concebendo-o como um processo de mudança estrutural, global e contínua de liberação individual e social que objetiva a satisfação das necessidades humanas, partindo das necessidades básicas e com redimensionamento da qualidade de vida das gerações presentes e futuras. Ou seja, o objetivo seria o bem estar social, tanto da geração atual quanto das gerações próximas.

---

<sup>7</sup> A negação do termo desenvolvimento sustentável exige, ainda, esforços teóricos para a conceituação de um novo termo compatível com os anseios da crítica marxista. Identifica-se, igualmente, a possibilidade de ressignificação do termo associando-o a um novo modo de produção, superior ao capitalismo, mais ético, ecológico e voltado à superação das necessidades humanas e que respeite a simbiose metabólica entre homem e natureza. Estes esforços são vistos em Mészáros (2001) ao utilizar-se, por exemplo, do conceito “igualdade substantiva” e em Löwy (2005) como ecossocialismo e ecomarxismo. (FREITAS et al, 2012)

Partindo da leitura de Veiga (2006) em virtude da abrangente possibilidade de multiplicidade de interpretação do significado “desenvolvimento”, o termo pode, da mesma forma representar dentre outros: desenvolvimento humano; desenvolvimento econômico; desenvolvimento sustentável. Estes três principais tipos de desenvolvimento serão explicitados, resumidamente, a seguir.

O *desenvolvimento humano* está ligado à qualidade de vida, não se refere, necessariamente, o acesso ao consumo. Conceitualmente, o *desenvolvimento humano* define-se como um processo pelo qual as pessoas têm autonomia ampliada para escolher o que almejam ser, possuir ou fazer. Em sua gênese, o desenvolvimento humano é uma perspectiva que se diferencia de crescimento econômico, visto que, prioriza às pessoas, as oportunidades e as capacidades, nesse sentido, o desenvolvimento humano poderia significar o direito de a pessoa decidir sobre sua vida e satisfação de seus anseios. (RODRIGUÉZ, 1997). Dessa forma, o desenvolvimento humano compreende as dimensões que envolvem saúde, educação e longevidade, ou seja, a evolução do ser humano. Visa a potencialização das pessoas como seres que se desenvolvem numa perspectiva de crescimento individual ou coletivo.

Já o *desenvolvimento econômico* refere-se à quantidade de riqueza produzida, a renda gerada e o consumo; pode ser medido pela capacidade de consumo material e centra-se na renda que o indivíduo pode gerar. O termo desenvolvimento econômico pode apresentar variações, dependendo do pensador ou do cenário. Assim, consideramos que não há desenvolvimento sustentável no sistema capitalista. Portanto, para que seja feita uma aferição, especificamente, do progresso da qualidade de vida da população não pode ser levado em consideração apenas o aspecto econômico, mas incluir os aspectos que trazem alguma influência para a qualidade de vida humana, como por exemplo, os aspectos sociais, culturais e políticos. Para Jacobi (2005, p. 235),

A incorporação do marco ecológico nas decisões econômicas e sociopolíticas tem na construção do conceito de desenvolvimento sustentável um referencial que assume visibilidade, e que coloca o desenvolvimento como uma forma de modificação da natureza e que portanto, deve contrapor-se tanto os objetivos de atender às necessidades humanas e de outro lado, seus impactos, e dentre estes, aqueles que afetam a base ecológica. A incorporação do marco ecológico nas decisões econômicas e políticas implica reconhecer que as conseqüências ecológicas do modo como a população utiliza os recursos do planeta estão associadas ao modelo de desenvolvimento.

Conforme aponta Jacobi (2005) as tensões entre desenvolvimento e conservação do meio ambiente ainda persistem, e o forte viés economicista é um dos fatores de questionamento do conceito pelos movimentos ambientalistas. É importantes refletirmos

sobre as relações produtivas alienadas da natureza na sociedade capitalista. Como por exemplo,

Os objetivos do capitalismo, metamorfoseado em verde e humanizado, seriam a tentativa de naturalizá-lo como único sistema econômico possível e minimizar as críticas de cunho social e ecológico contrárias a ele, além de explorar o *marketing* dos produtos, serviços e selos verdes da fálacia da responsabilidade socioambiental, promovendo a lucratividade das empresas pela imagem. Pode-se afirmar que o modo de produção capitalista está gerando um conjunto de contradições ecológicas. (FREITAS et al, 2012, p. 48)

E o *desenvolvimento sustentável* seria a capacidade do ser humano de produzir e acessar bens e serviços, mas entendendo que as futuras gerações, também, têm esse mesmo direito. Em meio á multiplicidade de conceitos, o “desenvolvimento sustentável” é apropriado pela classe política, tornando-se a bandeira de interesses diversos. (BECKER, 1990).

As transformações na relação meio ambiente-desenvolvimento têm início na década de 1970, quando emergem a visibilidade de publicações que apontavam a finitude no interior do modo de produção capitalista e seus impactos globais. A partir desse período, o conceito de desenvolvimento sustentável surge sob diferentes denominações, buscando-se um consenso e sua institucionalização. (JACOBI, 2005)

Conforme apontam Sauer e Ribeiro (2012, p. 393) o termo “desenvolvimento sustentável” é muito controverso e há inúmeras análises sobre seu entendimento atualmente. As autoras concordam com Brügger (1993) que o problema surge no uso da palavra “desenvolvimento”, sendo interpretada na lógica do capitalismo como sinônimo de crescimento, “quando na verdade são termos muito diferentes.” Dessa forma,

A explicação atual da tendência neoliberal para a associação entre desenvolvimento e crescimento parte do pressuposto de que o mercado é o maior mecanismo de recursos econômicos e da satisfação das necessidades dos indivíduos e sustenta que a intervenção estatal é antieconômica e antiprodutiva, pois desestimula o capital a investir e os trabalhadores a trabalhar, não consegue eliminar a pobreza, tornando-a pendente das ações estatais, considerando a intervenção estatal como uma violação à liberdade econômica, moral e política. (SAUER e RIBEIRO, 2012, p. 393)

Para as autoras citadas, a utilização do termo “crescimento” é de cunho quantitativo, ao contrário do que se entende por desenvolvimento. Este, segundo Brügger (1993), deveria incluir os aspectos éticos e não apenas números. Desenvolvimento é entendido enquanto melhoria das condições de vida (humana e não humana) de forma real e aplicável, integrando o social e o ecológico, e não apenas dados sobre crescimento econômico de uma população. Sendo assim, o crescimento econômico não necessariamente resulta em desenvolvimento,

uma vez que, os recursos gerados não forem utilizados para o fim específico de desenvolver, no sentido de melhorar as condições de vida das pessoas. (SAUER e RIBEIRO, 2012)

O patamar da sustentabilidade do planeta passou dos limites suportados, isso nos faz compreender que a crise além de ser ecológica é também societária, uma vez que, são elos da mesma corrente no que se refere às relações produtivas do capitalismo, vale a pena lembrar que quando se trata das classes menos favorecidas ou em situação de exclusão, a crise sempre atinge com mais intensidade, a confirmação disso fica explícito em Ribeiro (2005, p. 409), quando comenta que, “a população do planeta é afetada de forma desigual pelas intempéries da natureza”. De certo que concordamos que o autor tem toda razão, uma vez que, dependendo da condição e localização de moradia, o cidadão pobre será mais afetado que uma pessoa que tenha condições de morar numa casa bem estruturada e com boa infraestrutura urbana. Ou seja, em razão da própria condição de estrutura, ou melhor, da falta de estrutura da moradia, que é diferente da moradia de uma pessoa de classe média é que os efeitos das ações da natureza são mais intensos.

Para Lowy (2005),

Enquanto as decisões econômicas e as escolhas produtivas ficarem nas mãos de uma oligarquia de capitalistas, banqueiros e tecnocratas – ou no desaparecido sistema das economias estatizadas, de uma burocracia que escapa a todo e qualquer controle democrático – jamais sairemos do ciclo infernal do produtivismo, da exploração dos trabalhadores e da destruição do meio ambiente. A democratização econômica – que implica de socialização das forças produtivas – significa que as grandes decisões não são tomadas pelos “mercados” ou por um politburo, mas pela própria sociedade, após um debate democrático e pluralista, em que se oponham propostas e opções diferentes. É a condição necessária para a introdução de uma lógica sócio-econômica, e para uma outra relação com a natureza.

Sendo assim, o embate sobre o “desenvolvimento sustentável” sob a lógica do modo de produção capitalista remete-nos, principalmente, ainda fazendo a leitura anterior, com relação a

[...] maneira pela qual o termo vem sendo apreendido e divulgado na atualidade traz a ideia de um desenvolvimento dentro do sistema capitalista em que vivemos, para que sejam realizados ajustes estruturais em seu interior, realizando uma mitigação dos danos causados. Esta posição ignora o fato de o próprio sistema ser uma forma depredadora dos recursos naturais, no qual o consumo é o foco central, enquanto que muitas vezes é colocada como escolha a diminuição no padrão de desenvolvimento e consumo justamente naqueles países menos desenvolvidos, que não constituem a raiz do problema. Ocorre, portanto, a culpabilização do pobre, colocando a pobreza como principal causa da degradação ambiental, quando na verdade a pobreza é apenas um reflexo do sistema produtivo, no qual o pobre – enquanto parcela numerosa da população –, na busca pela sua sobrevivência, acaba fazendo uso intensivo dos recursos naturais. Desvia-se assim o foco da verdadeira raiz do

problema, que é a estruturação das políticas sociais e econômicas no atual sistema produtivo e não a pobreza em si. (Op cit, p. 393)

Já para Rodríguez (1997), o desenvolvimento sustentável pode ser indicado por meio da qualidade de vida das pessoas, ou seja, saúde, educação perspectiva de vida, higiene, maturidade psicológica e lazer criativo. Se uma sociedade conseguir manter o estoque natural que lhe é oferecido, então, esta sociedade pode ser vista como sustentável, mas, outro modelo de sustentabilidade, melhor dizendo, outra estratégia de sustentabilidade numa sociedade é fazer reposição do material retirado, ou seja, preservar os recursos renováveis e fazer um planejamento para o uso dos recursos não renováveis.

O proeminente escasseamento dos recursos naturais é discernível, neste sentido, é importante a incorporação de compromissos e engajamento de todos os cidadãos para alcançarmos a tão pretendida sustentabilidade que se deseja atingir e que vem á ser aquela que incorpora harmonicamente todas as dimensões, ou seja, econômica, política, cultura e ambiental. O desenvolvimento sustentável requer coerência e integração, uma vez que, é imprescindível a avaliação da capacidade de resposta e de carga do meio ambiente. Dias (2002, p.42) destaca que,

O desenvolvimento sustentável tenta então agregar ao crescimento econômico, objetivos voltados para a identificação e prevenção dos impactos negativos ambientais, econômicos, sociais e culturais, a recuperação de áreas impactadas, a manutenção e melhoria de recursos não humanos, tais como processos ecológicos, diversidade biológica e meio físico, utilização comedida e eficiente de recursos não renováveis, desenvolvimento de recursos renováveis, redução de cargas energéticas e de recursos humano, manutenção da oportunidade igual de acesso aos recursos ambientais e aos seus benefícios, distribuição igualitária.

As discussões relacionadas à questão socioambiental a partir da década de 1960 se desenvolveram nos Fóruns, Conferências e Reuniões como a que aconteceu em Roma, em 1968, onde entre os assuntos discutidos destacou-se o consumo e a reserva dos recursos naturais não renováveis e o crescimento populacional. Para o Clube de Roma o que resultou da reunião foi à depreensão da necessidade de conservação dos recursos da natureza, controle da população e investimento no consumo consciente e planejamento da natalidade. (REIGOTA, 2001).

No contexto das cidades, os problemas ambientais se avolumam num complexo processo de transformação do cenário urbano. Diante desta realidade, corrigir as distorções ocasionadas por este processo, atenuar e prevenir os riscos socioambientais decorrentes



perpassa pelo desafio de promover ações que estimulem a consciência ambiental, pautadas no intenso e contínuo trabalho de educação. (VIEIRA, 2002)

O funcionamento da biosfera teve sua percepção transmutada a partir da publicação, em 1962 de um livro escrito pela americana Raquel Carson; o livro tinha como título *Primavera Silenciosa*, em seu conteúdo havia denúncias de que animais e pássaros silvestres estavam sendo extinto pelo uso de pesticida na agricultura. A capacidade explicativa sobre as formas utilizadas pelas sociedades modernas para atacar os sistemas de apoio à vida no planeta, que a publicação apresentava acabou causando forte impacto. Assim, iniciou-se a conscientização social e política sobre a questão ambiental, isso incentivou os cidadãos a exigirem informações sobre o Estado e o meio ambiente.

No pós Segunda Guerra Mundial, em razão do grande crescimento da produção industrial, houve um agravamento nos índices de poluição, surgindo também, uma maior conscientização em relação aos problemas do meio ambiente, exigindo uma ação por parte do governo, para o controle da problemática. Nesse sentido, foram adotados padrões mais rigorosos de qualidade ambiental e emissão de poluentes industriais.

A definição de desenvolvimento sustentável segundo a Comissão Brundtland<sup>8</sup> é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. Na análise da Comissão de Brundtland, o conceito de desenvolvimento sustentável era ineficiente, haja vista, que envolvia limitações impostas pelo atual estágio da tecnologia e da organização social sobre os recursos ambientais, e pela capacidade de absorção dos efeitos das atividades humanas, da biosfera. Porém, não apresentava limites absolutos e, embora indicasse um caminho para ampliar as formas de cooperação para buscar um desenvolvimento sustentável, o relatório não apresentava detalhes de ação.

Os custos ambientais das atividades econômicas aparecem quando a capacidade de assimilação do meio ambiente é ultrapassada, visto que, os recursos não são inesgotáveis. Inicialmente, os custos eram externalizados, ou seja, transferidos para vários segmentos da sociedade sob a forma de prejuízos por danos tanto à saúde humana quanto a danos materiais. Esses custos são relativos a danos causados aos ecossistemas, provocando prejuízos econômicos a quem não tinha responsabilidades pela poluição ou outra forma de degradação.

---

<sup>8</sup> O Relatório de Brundtland foi um documento publicado no ano de 1987, que tinha como título Nosso Futuro Comum, no qual trazia propostas sobre definição e conceito de Desenvolvimento Sustentável e objetivava uma maior conscientização sobre os problemas ambientais. (NOBRE e AMAZONAS, 2002, p. 40).

Começaram a surgir as Organizações Não Governamentais Ambientalistas, que se baseavam na preocupação com a conservação da natureza, o uso de pesticidas e com a poluição que as indústrias vinham causando ao meio ambiente.

Segundo a Política Nacional de Meio Ambiente - Lei 6.938/1981, o meio ambiente conceitua-se e define-se como o conjunto de condições, leis, influências e interações físicas, química e biológica que permite, abrigam e regem a vida em todas as suas formas. No artigo 3º está disposto o conceito de recursos ambientais como, o ar, as águas superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora. (BRASIL, 2008a). Sendo assim, é presumível que, qualquer alteração das características do meio ambiente será considerada, degradação ambiental e da qualidade do meio ambiente.

A lei 6.938/1981 da Política Nacional de Meio Ambiente no art. 2º dispõe do objetivo desta política, que se refere diretamente à preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental. Na lei, o meio ambiente é considerado patrimônio público a ser assegurado e protegido para uso coletivo. Motivo pelo qual a lei indica tanto o princípio da racionalidade do uso do solo, quanto o planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais, a proteção dos ecossistemas e o controle e zoneamento das atividades que ofereçam risco de poluição. Também se encontra previsto, incentivos à pesquisa e ao estudo para proteção dos recursos ambientais, o acompanhamento da qualidade ambiental, a recuperação de áreas degradadas, a proteção de áreas ameaçadas e ainda a educação ambiental. (BRASIL, 2008a).

Em relação à gestão do meio ambiente, é pertinente o esclarecimento que as ações exigem alguns cuidados. Nesse sentido, o esclarecimento dado sobre o que vem a ser a gestão ambiental pode ser entendido da seguinte forma:

Gestão Ambiental é um processo de administração participativa, integrado e contínuo que visa à compatibilização das atividades humanas com a qualidade e a preservação do patrimônio ambiental, através de ação conjugada do poder público e da sociedade organizada em seus vários segmentos, mediante priorização as necessidades sociais e do mundo natural, com a alocação dos respectivos recursos e mecanismos de avaliação e transparência. (COIMBRA, 2002, p. 466)

Neste sentido, torna-se relevante da participação popular na gestão, uma vez que, além de tratar-se de um exercício de cidadania, a população indica a prioridade de investimentos dos recursos, contribuindo para o desenvolvimento eficiente com transparente, com abrangência das necessidades sociais. Embora, isso não signifique dizer que decida sozinha a alocação dos recursos. No entanto, a população aponta onde se encontram as maiores urgências direcionando a atuação do poder público.

Sendo assim, a participação popular tem a importância de contribuir para o poder público desenvolver suas funções. “Promover a participação da sociedade na gestão urbana é um dos elementos fundamentais do Estatuto da Cidade”. (BRASIL, 2010, p.114).

Dias (2002), salienta que, a participação popular na gestão dos interesses urbanos é diretriz obrigatória para que os entes federados possam atuar em prol do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade. A participação dos cidadãos nas decisões de interesse público foi regulamentada no Estatuto da Cidade na Lei nº 10.257/2001, Capítulo IV, com base nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, a incorporação desta participação foi uma conquista dos movimentos populares.

Segundo Vieira (2002) existe um consenso no que diz respeito à importância da participação da população no desenvolvimento urbano, porém, é necessário que cada um (cidadão comunitário ou gestor público), esteja consciente do seu papel, para que a participação seja desempenhada de forma que garanta a sustentabilidade.

A autora esclarece que, apesar da participação da comunidade no desenvolvimento urbano ter relevância reconhecida, é necessário que se saiba até que ponto essa participação é realmente eficaz e eficiente, uma vez que, o objetivo é garantir que as intervenções sejam feitas de maneira sustentável. No que se refere às intervenções<sup>9</sup> Vieira (2002, p. 63), explica que as intervenções se compõem de “obra física e de ações socioeducativas vinculadas ao projeto social junto à população alvo do programa, visando à melhoria das suas condições de vida, notadamente de baixa renda”.

Dias (2002) ressalta que, para que a pobreza seja eliminada é necessário que haja desenvolvimento social, criando-se emprego, por meio de políticas que tenham comprometimento e coerência com o desenvolvimento humano, buscando melhores condições econômicas nos espaços urbanos. Para a autora supracitada, dentro do contexto urbano, alguns grupos apresentam dificuldades ou limitações, por isso é necessário que o Estado aja como interventor, para através de políticas públicas sociais, inserir a integração desses grupos, oferecendo condições de sobrevivência nos espaços urbanos.

No Brasil, em 1992 foi realizada uma reunião com a participação de representantes do mundo todo, a ECO 92 ou RIO 92 (Conferência das Nações Unidas), sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Entre outros assuntos foram discutidos as formas de proteção dos recursos naturais e, também, do ser humano no ambiente. O primeiro documento, Agenda 21

---

<sup>9</sup> Todavia, o que percebemos é que as intervenções são apenas ações focalizadas em microespaços a exemplo de alguns territórios como o cariri Paraibano, mas que o governo a serviço do capital, “desmantela” rapidamente um trabalho construído de longos períodos.

foi uma declaração escrita que tinha como finalidade a garantia de vida das pessoas, saúde, educação, trabalho, segurança, alimentação e lazer. O segundo documento, foi uma declaração sobre as florestas, que trazia a permissão da exploração de árvores e minérios do solo, mas, de forma correta, sem provocar a destruição do meio ambiente. O terceiro documento ficou conhecido como Carta da Terra, que propunha a luta contra a pobreza e as guerras; a garantia dos direitos dos índios; a promoção de pesquisas científica, incluindo as áreas de estudos dos fósseis, como sítios arqueológicos e cavernas; a importância da participação da mulher no Meio Ambiente. (DIAS, 2002). Este documento teve sua aprovação pelo Fórum Internacional de Organizações Não Governamentais no âmbito do Fórum Global, no Rio de Janeiro em 1992. (LEIS, 2002).

De acordo com Vieira (2002, p. 65),

a sustentabilidade surge do conceito de desenvolvimento sustentável, introduzido pelo Relatório Brundtland – Nosso Futuro Comum, e reafirmado na Rio 92 como a necessidade de promover o desenvolvimento econômico sem aumentar a degradação do meio ambiente.

A discussão sobre o desenvolvimento sustentável que se seguiu após a Rio 92, deixou transparecer o caráter desenvolvimentista e econômico que o caráter do conceito de desenvolvimento sustentável outorga. O objetivo dos debates era a expansão da representação e significado, porém, separado do reducionismo econômico. Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável passa a ser mais que um modelo de desenvolvimento, um paradigma civilizatório, sendo um processo que levará para a “sociedade sustentável”, capaz de produzir sustentabilidade econômica, cultural, social e ambiental. Esse entendimento de “sustentabilidade ampliada” começa a ser assimilado e tem como seu instrumento facilitador o programa da Agenda 21.

É conveniente frisar, que no texto da Agenda 21, encontramos disposições sobre a sustentabilidade humana nos assentamentos, atentando para as condições sociais das pessoas, com o objetivo de buscar meio para atenuar a vulnerabilidade, especialmente, aquelas que apresentam maior carência, principalmente, as mulheres, mas não somente. Vários elementos integram os grupos vulneráveis, os deficientes, crianças, idosos requerendo atenção e cuidados [...] sendo necessária a atenção do Estado para o atendimento das necessidades básicas desses cidadãos. (TRINDADE, 1993, p. 91 apud DIAS, 2002, p. 184-185)

No período entre as décadas de 1980 e 1990, a crescente confluência das duas vertentes economicista e ambientalista, deveu-se, principalmente, ao avanço da crise ambiental global, por um lado, e ao aprofundamento dos problemas econômicos e sociais para

a maioria dos países. Dentre as transformações encontradas nestas duas décadas, aquelas vinculadas à degradação ambiental e à crescente desigualdade entre regiões assumem destaque que reforçou a importância de adotar esquemas integradores. (JACOBI, 2005)

É importante a percepção que uma sociedade só pode ser considerada autossustentável quando se desenvolve de maneira ampla sem excluir nenhuma área, mas unificando-a todas. Freitas et al (2012, p. 47) apresenta uma conclusão sobre o debate da sustentabilidade na qual,

Verifica-se que a sustentabilidade ambiental requer a construção de um novo modo de produção superior ao capitalismo. Averigua-se que o atual conceito de desenvolvimento sustentável tende a neutralizar a imagem nefasta do capital perante a degradação ambiental por ele provocada, dada a forte alienação entre homem e natureza intrínseca à fratura metabólica identificada por Marx e Engels.

Nesse sentido, os interesses do capital quanto ao discurso sobre o “desenvolvimento sustentável” requer um aprofundamento teórico-crítico de modo a contribuir para a sustentabilidade, assim, concordamos com Freitas et al (2012, p. 47) quando analisam que “a superação da alienação dos homens com o trabalho e com o meio exterior (natural) que o cerca é um desafio para a sociedade que objetiva desenvolver-se de forma socialmente sustentável.”

Neste sentido, faremos uma abordagem da educação ambiental crítica como alternativa de enfrentamento da problemática socioambiental porque consideramos um fator que contribui para a transformação da sociedade e do meio ambiente.

### 3.2 A educação ambiental crítica: da que temos para a que queremos

Em qualquer que seja a dimensão, a educação é responsável direta pelo progresso, ou seja, pelo desenvolvimento. Em razão disso é que entende-se que, a educação deve ser prioritária sob qualquer aspecto e em todas as suas dimensões, principalmente, no desenvolvimento econômico ambiental sustentável. A educação deve ser vista como uma das maiores riquezas de um país, uma vez que, a educação tem o caráter libertador. A seguir, destacaremos algumas reflexões importantes sobre o debate da sustentabilidade e a educação ambiental política-crítica.

O primeiro Congresso Mundial sobre Educação Ambiental foi em Tibilissi, na Geórgia, no ano de 1977, onde foram apresentados os primeiros trabalhos desenvolvidos por vários países, sobre o tema. Segundo a Conferência de Tibilissi, a educação ambiental é considerada,

Um processo permanente no qual indivíduos tornam-se conscientes do seu ambiente e adquirem conhecimento, valores, habilidades, experiências e a determinação para agir individual e coletivamente, prevenindo e resolvendo problemas presentes e futuros. (MUNHOZ, 2004, p. 142)

Em relação à busca de estratégias para a resolução da problemática ambiental, Reigota (2001, p.12), deixa claro que, por si só a educação não resolverá os problemas ambientais do planeta, visto que são problemas que apresentam complexidades, porém, se por meio da educação houver formação de cidadãos que estejam conscientes de seus direitos e obrigações, terá influência. O autor completa que “tendo consciência e conhecimento da problemática global e atuando na sua comunidade, haverá uma mudança no sistema, que se não é de resultados imediatos, visíveis, também não será sem efeitos concretos”.

Todavia, embora se constitua uma obviedade é necessário dizer que, as mudanças na forma de utilização dos recursos e na proteção do meio ambiente, talvez não sejam atingidas completamente, ou imediatamente através da educação, mas progressivamente, os resultados irão surgir, e logicamente terão alguma visibilidade. Ou seja, é imprescindível que haja uma mudança de comportamento acompanhada de uma reflexão crítica no que diz respeito as nossas atitudes no trato ambiental.

A educação ambiental é a sensibilização para a autoconscientização que o uso dos recursos ambiental deve ser utilizado com consciência e responsabilidade, tendo em vista a necessidade de preservação dos recursos para que as gerações vindouras, também, possam usufruir de tudo que a natureza oferece, mas, tendo o cuidado de não desperdiçar, não tirar da natureza além do que seja necessário ao sustento humano. É fazer uso respeitando os limites do consumo sem, no entanto causar o exaurimento dos recursos naturais, entendendo que diante da proporção da quantidade de pessoas que dependem desses recursos, se não houver a compreensão da responsabilidade de preservação, eles poderão se tornar módicos.

Sabemos que a natureza nos oferece toda a riqueza e o sustento, porém, precisamos lembrar que, não havendo racionalização na utilização, de forma planejada, organizada e responsável, esses benefícios poderão atingir o ponto culminante, ou seja, os recursos podem faltar o que seria também o fim da vida de todos os seres no planeta. O que nos induz supor que, se os recursos naturais forem utilizados com bom senso, se forem bem gerenciados, então terão suficiência para o atendimento da satisfação das necessidades da humanidade. (NOBRE e AMAZONAS, 2002)

Brandão (2005, p. 80) traz uma importante reflexão quando diz que “desde a Revolução Industrial, o poder de os seres agirem sobre, contra ou a favor da natureza foi multiplicado muitas e muitas vezes”. Para o autor, essa multiplicação de poder de interferência na natureza, “tornou-se ao mesmo tempo uma razoável esperança e uma enorme ameaça.” Dessa forma, faz-se necessária a mobilização de todos os segmentos da sociedade em prol de uma mudança para que realmente possa haver um desenvolvimento sustentável, afinal de contas, se o meio ambiente é um bem coletivo, a responsabilidade de conservar e preservar, também o é. Para Lima (2004, p. 101),

O processo educativo é um instrumento de mudança social e tem uma relevante contribuição a oferecer quando se trata de renovar os rumos sociais e culturais de uma determinada comunidade ou nação, mas ele tem seus limites.

Na Política Nacional de Educação Ambiental (Lei Federal nº 9.795 de 1999), encontramos disposto no artigo 1º o conceito sobre Educação Ambiental entendendo,

Os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio Ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 2008b)

Outra concepção sobre a educação ambiental está ligada a ética, dignidade humana, cidadania, respeito, é uma forma diferenciada de ver e viver no planeta, ou seja, não é a educação formal, é uma forma específica de educação, que não substitui a educação formal, no entanto, não pode ser substituída, uma vez que, um dos objetivos da educação ambiental é potencializar a capacidade criativa das pessoas para proporcionar o desenvolvimento de suas habilidades nas mais diversas formas do exercício da cidadania. Dessa forma,

A educação ambiental é uma dimensão da educação, é uma atividade intencional, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e ética ambiental. (BRASIL, 2008b)

Nesse sentido, compreendemos que, o objetivo da educação ambiental é uma harmonização na relação entre o ser social e a natureza, como salientam os autores Gutiérrez e Prado (2000, p. 32) “a harmonia ambiental supõe tolerância, respeito, igualdade social, de gênero e aceitação da biodiversidade.” Podemos nesse sentido, dizer que é uma relação de

troca entre o ser humano e a natureza, onde o indivíduo ao receber os benefícios fornecidos pela natureza garante-lhe cuidados, proteção e respeito como formas de retribuição.

A perspectiva da educação ambiental surgiu a partir da Conferência de Estocolmo, uma vez, que nesse evento foi tomado a decisão que, para resolver os problemas ambientais era preciso educar o cidadão. (REIGOTA, 2001, p.15), explicitado anteriormente. É por intermédio da educação que o ser humano adquire consciência. O ser conscientizado é evoluído, sendo evoluído exerce cidadania, o cidadão participa das questões que envolvem o meio ambiente, busca melhorias, contribui com a busca de estratégias para a solução dos problemas do seu meio.

Nesse sentido, a educação é libertadora, visto que tira o indivíduo do obscurantismo levando ao conhecimento e proporcionando emancipação ao sujeito, além do mais a expectativa é que por meio da educação, também, possa acontecer transformação, mudança de atitude, uma vez que, quando há educação os horizontes se abrem, a visão se torna ampliada levando assim o indivíduo a ter outro comportamento e novas atitudes.

A educação ambiental, também, remete-nos a uma educação política. Reigota (2001, p. 10), apresenta a educação ambiental no sentido como ferramenta reivindicatória e preparatória para os cidadãos, no sentido de exigir cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza. Como educação política é enfática, primeiro na finalidade, para depois pensar na forma de fazer. O referido autor ressalta que,

considerando que a educação ambiental surge e se consolida num momento histórico de grandes mudanças no mundo ela tende a questionar as opções políticas atuais e o próprio conceito de educação vigente, exigindo-a, por principio, criativa, inovadora e crítica.

Em sua forma sensibilizadora, a educação ambiental que visa o desenvolvimento social pode se tornar um instrumento com grande poder para modificar as atitudes e a forma de refletir. Neste sentido, a educação ambiental contribui proporcionando aumento do senso crítico, da satisfação de envolvimento e pertencimento, podendo despertar valores éticos e cidadania para com a natureza e consigo. (MENGHINI et al., 2007, p 215).

Para a vertente crítica, a educação ambiental precisa construir um instrumental que promova uma atitude crítica, uma compreensão complexa e a politização da problemática ambiental, a participação dos sujeitos, o que explicita uma ênfase em práticas sociais menos rígidas, centradas na cooperação entre os atores (JACOBI, 2005, p. 244)



Assim, a educação ambiental deve ser o primeiro passo para a busca de uma autêntica cidadania. Isso porque boa parte das pessoas ainda não tem compreensão do meio ambiente em sua totalidade, ou seja, não sabe que meio ambiente é tudo que está em seu entorno e que a própria pessoa é parte integrante do meio. Nesse sentido, a harmonização será encontrada quando o ser social se reconhecer parte da totalidade do meio ambiente, e se conscientizar que em função de ser parte desse meio tem o dever de zelar como cuida de si mesmo.

Desta forma, a questão socioambiental deve ser expandida para além da ideia de preservação das áreas naturais. Santos (2006) citado por Sauer e Ribeiro (2012, p. 391), trazem uma importante contribuição como resultado de uma análise das desigualdades sociais na atualidade.

Estas estão sempre associadas às lutas sociais por meio da defesa do meio ambiente, efetivadas e/ou apoiadas por movimentos sociais, campanhas nacionais e mobilizações gerais, uma vez que, muitos processos de investigação sobre as mudanças ambientais globais minimizam ou reduzem a especificidade dos processos sociais e políticos e sua relação com as mesmas.

As intervenções do homem no meio ambiente têm provocado algumas manifestações de conscientização sobre os problemas ambientais, que apontam para o prejuízo na saúde da população, como também, torna-se causadora de interferência nas políticas públicas, tendo em vista que, na medida em que aumenta a necessidade de maior investimento de recursos para contenção dessas ações, reduzem os recursos que deveriam e poderiam estar sendo investidos em outros benefícios direcionados a população, como moradia digna, educação geração de emprego e renda, e outros setores que atendem, ou que deveriam atender á população mais vulnerabilizada da sociedade.

Sabe-se que, a resolução dos problemas socioambientais além de não dependerem apenas do Estado, não se resume apenas a poluição industrial, ao desmatamento, é muito mais complexo e abrangente, conforme pontuamos no decorrer desse trabalho. Nesse sentido, o posicionamento crítico face à crise socioambiental, tendo como horizonte a transformação de hábitos e práticas sociais e a formação de uma cidadania ambiental que os mobilize para a questão da sustentabilidade no seu significado mais abrangente, isso, alcançaremos por meio da educação ambiental crítica e com a superação do capitalismo.

## 4 CONCLUSÃO

O meio ambiente é um tema que perpassa uma configuração de transversalidade mediante diferentes aspectos da vida social, por sua congeneridade com outras políticas setoriais que atuam por meio das mesmas estratégias de participação e controle social, a exemplo da saúde, educação, assistência social, outras.

Consideramos que a questão ambiental se relaciona com o processo histórico tanto na esfera econômica quanto política e interfere na vida dos sujeitos, haja vista, que é um processo dinâmico, que está sempre suscetível a modificações.

Na sociedade moderna é predominante a lógica contraditória do sistema capitalista de produção impulsionada por padrões de consumo insustentáveis que visa a produção ilimitada de riqueza material, gerando a má e injusta distribuição de renda, vem causando, também, graves consequências para o meio ambiente. Sendo assim, a questão ambiental deve ser entendida como uma problemática social que emerge do modo de produção capitalista por meio do desenvolvimento econômico, do crescimento das cidades e das desigualdades sociais, considerado seus danos ambiental incalculáveis para a humanidade, devido a intensa exploração da natureza pelo ser humano, ocasionando uma crise socioambiental vivenciada nos últimos séculos.

Percebe-se ainda que, há a necessidade de chamar a atenção de toda população para a preservação e os cuidados com o meio ambiente. A perspectiva é que através da inserção de políticas públicas educacionais possa haver uma tomada de consciência no que diz respeito ao trato ambiental. Também, entendemos que a educação ambiental não se restringe, necessariamente, apenas ao que têm que ser ensinado nas escolas, pelo contrário, deve ser aplicada em todas as instituições, ser discutida por todos, uma vez que, é assunto do interesse de toda a sociedade.

Nessa direção, a problemática socioambiental constitui-se um tema propício para aprofundarmos a reflexão e a prática em torno dos impactos causados pelo capitalismo na economia, política, área social e cultural, para tanto, faz-se necessário espaços para implementar alternativas diversificadas de participação social e a garantia do acesso à informação, uma vez que, a desinformação, da falta de consciência ambiental impossibilita uma nova cultura de direitos baseada na motivação e na co-participação na gestão das políticas sociais e ambientais nas suas diversas dinâmicas.

Compreendemos que a demanda, brevemente, apresentada se coloca para os assistentes sociais, enquanto, profissionais capacitados para o enfrentamento dos conflitos

sociais e que a questão ambiental é um campo necessário de intervenção do serviço social. Nesse sentido, a contribuição do estudo remete-nos ao entendimento que a questão ambiental, aqui entendida como questão socioambiental, está interligada á pratica profissional do assistente social, uma vez que, a fundamentação da profissão se dá a partir do surgimento da questão social, que se inscreve na divisão social e técnica do trabalho, estando assim, situado no processo de reprodução das relações sociais, colocando-se, portanto, no âmbito de sua atuação, o que significa reconhecer a questão socioambiental como área de estudo e intervenção do assistente social.

**"SUSTAINABLE DEVELOPMENT" CONTROVERSY FOR THE DISCUSSION OF SUSTAINABILITY: A study on the importance of Critical Environmental Education at present**

**ABSTRACT**

The discussion on "sustainable development" is recognized as a predominantly economic, social and political issue. The current socio-environmental crisis is the result of the destructive process of accumulation, since capitalism has to reproduce itself. In this sense, the objective is to discuss the unfolding of the socio-environmental issue under the logic of capitalism and critical environmental education as an alternative to sustainability at the present time. The research methodology consists of a literature review based on the theoretical contribution of authors on the theme addressed, the different conceptions about the debate about "sustainable development" and environmental education. From the bibliographical review, we understand the contradiction inherent to the concept of "sustainable development" and evidence the aspects for a new treatment of the socio-environmental issues in the face of the unsustainability of the capitalist system and its destructiveness. horizon the economic, political, social, cultural transformation, mainly, a vision of environmental citizenship focused on sustainability in its most comprehensive meaning.

**Keywords:** Capitalism. Socio-environmental issue. "Sustainable development". Environmental education. Sustainability.

**REFERÊNCIAS**

BECKER, Bertha K. A Amazônia pós ECO-92: Por um desenvolvimento regional responsável. In: **Para pensar o Desenvolvimento Sustentável**. 2. ed. São Paulo: IBAMA, FENAP, Editora Brasiliense, 1990. p. 129-143.

BRANDÃO, C. R. **Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos**: Escritos para conhecer, pensar e praticar o município educador sustentável. 2. ed. Brasília: Programa Nacional de Educação Ambiental, 2005. p. 80.

BRASIL. Constituição Federal do Brasil. Art.225 – **Do Meio Ambiente**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004. p. 67.

\_\_\_\_\_. Estatuto da Cidade. **Lei nº 10.257**, de 10/07/2001- Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, que estabelecem diretrizes gerais da Política Urbana e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2010. p. 114.

\_\_\_\_\_. Lei n. 6.938/1981 Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA). Consultoria Jurídica. In: **Legislação Ambiental Básica**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, UNESCO, 2008a. p 17-25.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 9.795/99. Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Consultoria Jurídica. In: **Legislação Ambiental Básica**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, UNESCO, 2008b. p. 199-202.

COIMBRA, J de A. A. **O outro lado do Meio Ambiente**. Campinas: Millenium, 2002.

COUTINHO, R. Crise Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: A mitologia da sustentabilidade e a utopia da humanização do capitalismo selvagem. In: **Praia Vermelha**. V.19. N. 2. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. p. 21-36.

CHIAVENATO, I. **A Teoria Geral da Administração**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 30- 51.

DIAS, D. S. **Desenvolvimento Urbano**: Princípios Constitucionais. Curitiba: Juruá, 2002. p. 42-276.

DOWBOR, L. Descentralização e Meio Ambiente. In: **Para pensar o Desenvolvimento Sustentável**. (Org.) Marcel Bursztyn. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; NÉLSIS, Camila Magalhães; NUNES, Leticia Soares. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. In: **Katálysis**. V. 15. N. 1. Florianópolis: UFSC, jan./jun., 2012. p. 41-51.

GUTIÉRREZ, F; PRADO, C. **Ecologia e Cidadania Planetária**. São Paulo: Cortez, 2000.

HOBBSAWM, E. J. **A Era das Revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HUBERMAM, L. **A História de Riqueza do Homem**. 21. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. In: **Temporalis**. 2. ed. Ano 2. N. 3. Brasília: ABEPSS, 2004. p. 09-32.

IAMAMOTO, M.V, CARVALHO. R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação metodológica**. 37. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação Ambiental: O desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. In: **Educação e Pesquisa**. V. 31. N. 2. São Paulo: USP, maio/agosto, 2005. p. 233-250. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 28/11/2017.

LEIS, H. R. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: Desafios para as Ciências Sociais**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA. G. F. da C. Educação, Emancipação e Sustentabilidade: Em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental. In: Philippe Pomier Layrargues (Coord.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004, p. 101.

LÖWY, Michael. **Ecologia e Socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005. (Questões da Nossa Época; V. 125)

MENGHINI. F.B, NETO. M. J; GUERRA. S. F. Interpretação Ambiental. In: **Encontros e caminhos: Formação de educadores ambientais e coletivos educadores**. Vol. 2. Brasília: 2007. p. 209-217.

MESZÁROS, I. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 671.

MUNHOZ, D. Alfabetização Ecológica: De indivíduos às empresas do século XXI. In: **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: MMA, 2004. p. 142-156.

NETTO, J. P; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma introdução crítica** 8. ed . São Paulo: Cortez, 2012. p. 147.

NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício de Carvalho. **Desenvolvimento Sustentável: A institucionalização de um conceito**. Brasília: IBAMA, 2002.

REIGOTA, M. **O Que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção Primeiros Passos; 292).

RIBEIRO, W. C. **Em busca da qualidade de vida**. In: J. PINSKY, & C. B. PINSKY, **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 399-417.

RODRIGUÉZ, J. M. M. Desenvolvimento Sustentável: Níveis conceituais e modelos. In: (Org.). CAVALCANTI, A.P.B. **Desenvolvimento Sustentável e Planejamento: Bases teóricas e conceituais**. Fortaleza: UFC, Imprensa Universitária, 1997. p. 53.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado, Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SAUER, Mariane; RIBEIRO, Edaléa Maria. Meio ambiente e Serviço Social: desafios ao exercício profissional. In: **Textos & Contextos**. V. 11. N. 2. Porto Alegre: PUCRS, ago./dez. 2012. p. 390 – 398.

VEIGA, José Eli da. **Meio Ambiente e Desenvolvimento**. São Paulo: SENAC, 2006. (Série Meio Ambiente).

VIEIRA, J. E. Educação para a Sustentabilidade: Um pressuposto da participação comunitária na gestão ambiental nas cidades. In: **Serviço Social e Sociedade**. N. 72. São Paulo: Cortez, 2002. p. 62-70.

ZACARIAS, R. A lógica destrutiva do processo de acumulação do capital e a destruição ambiental. In: ZACARIAS, R. A lógica destrutiva do processo de acumulação do capital e a destruição ambiental. In: **Praia Vermelha**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. p. 65-72.